

edp

Renováveis

Central Solar Lagoa II S.A.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

CNPJ/ME nº 35.913.736/0001-35

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Nota

31/12/2024

31/12/2023

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa

Impostos a compensar

10

410

150

1

1

1

411

151

Não circulante

Partes relacionadas

Imobilizado em andamento

11

2.172

-

12

9.259

10.918

11.431

10.918

Total do ativo

11.842

11.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO

Circulante

Fornecedores

13

9.652

9.165

9.652

9.165

Não circulante

Partes relacionadas

11

330

-

330

-

9.982

9.165

Total do passivo

14

2.210

2.210

Capital social

Prejuízos acumulados

Total do patrimônio líquido

9.983

9.165

9.165

2.210

2.210

350

305

1.860

1.905

11.842

11.070

Total do passivo e patrimônio líquido

11.842

11.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

Central Eólica Lagoa II

Central Solar Lagoa II

Produtor Independente

Autoriação

FN

39.75

11.90

20.20

11/08/2020

11/08/2020

11/08/2020

1.1. Capital circulante líquido negativo:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$(9.242) (R\$(9.014) em 31 de dezembro de 2023), devido ao fato do parque solar estar em fase de construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2025 será alcançado da seguinte forma: (i) liberação do financiamento junto aos Bancos de Desenvolvimento (ii) aporte de capital da sua controladora.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em operar normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de junho de 2025. 2.2. Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e pressupostos de aplicação das suas políticas contábeis. As estimativas e julgamentos de nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e o imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment losses). As licenças prévias e a instalação obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custos dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. c) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa a identificação e a mensuração dos ativos não financeiros quando se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que não em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável não é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor

Demons

(Em milhares de Reais)

Nota

31/12/2024

31/12/2023

Despesas

Despesas gerais e administrativas

Outras despesas e receitas

15

(33)

(133)

(12)

(12)

(45)

(145)

Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos

(45)

(145)

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

(45)

(145)

Resultado líquido do exercício

(45)

(145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demons

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

31/12/2024

31/12/2023

Resultado líquido do exercício

(45)

(145)

Resultado abrangente do exercício

(45)

(145)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demons

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

31/12/2024

31/12/2023

Fluxo de caixa das atividades operacionais

(45)

(145)

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

(45)

(145)

Variações em:

Impostos a compensar

Fornecedores

Impostos a pagar

Caixa proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais

(1)

34

163

(27)

443

443

(139)

(139)

Fluxo de caixa das atividades de investimento

(513)

-

Adições ao imobilizado

(513)

-

Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos

(513)

-

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

330

-

Partes relacionadas

330

-

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

330

-

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa

260

(139)

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

410

150

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

150

289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

31/12/2022

31/12/2023

Valor líquido

Ingressos

Valor líquido

3.633

7.285

10.918

3.633

7.285

10.918

A Companhia por política do Grupo EDP – Energias de Portugal, para todos os períodos apresentados realiza o teste de valor recuperável dos seus ativos e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável do seus ativos.

13. FORNECEDORES

Partes relacionadas

Terceiros

Total

9.311

9.148

9.342

9.165

9.653

9.165

O saldo dos fornecedores corresponde à aquisição de materiais, máquinas e equipamentos para construção do parque solar.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social:

O Capital Social em 31 de dezembro de 2024 totalmente integralizado é de R\$ 2.210 (R\$ 2.210 em 31 de dezembro de 2023). O Capital Social em 31 de dezembro de 2024 é composto por 2.653.836 (2.653.836 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

31/12/2024

31/12/2023

Nº de títulos

%

Nº de títulos

%

Acionistas

EDP Renováveis Brasil S.A.

2.653.836

100%

2.653.836

100%

2.653.836

100%

2.653.836

100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. 14.2. Destinação do lucro:

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm o direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 20. Entretanto, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$ 350 (R\$ 305 em 31 de dezembro de 2023).

15. DESPESAS OPERACIONAIS

15.1. Despesas operacionais

Despesas operacionais

Serviços de terceiros e materiais

Doações

Outras despesas operacionais

Total

(33)

(8)

(12)

(12)

(45)

(145)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais:

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle interno consiste em acompanhar permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das posições em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. Classificação dos instrumentos financeiros:

As classificações dos ativos e passivos financeiros utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

Nota

Categoria

Níveis

31/12/2024

31/12/2023

Ativos financeiros

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Partes relacionadas

Total

10

410

150

2.172

2.582

150

Passivos financeiros

Circulante

Fornecedores

Não circulante

Partes relacionadas

Total

14

9.653

9.165

12

330

9.983

9.165

16.1. Mensuração a valor justo:

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1: Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2: Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, na seguinte nota explicativa; 16.2. Risco de juros:

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos alocados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. 16.3. Risco de liquidez:

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua aplicação operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 10). A Companhia, em 31 de dezembro de 2024, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Valor

Total

Até 1 ano

Entre 1 ano e 3 anos

Entre 3 a 5 anos

Acima de 5 anos

Fornecedores

Partes relacionadas

Total

9.653

9.165

9.983

9.983

9.983

9.165

16.4. Risco de crédito:

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

Caixa e equivalentes de caixa

Total

410

150

410

150

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controle a inadimplência entre participantes setoriais. Outro importante fonte de risco de crédito são os contratos de compra e venda de energia elétrica. A administração desses ativos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. 16.5. Riscos regulatórios:

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

17. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

17.1. Compromissos contratuais:

Em 31 de dezembro de 2024, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

< 1 ano

1 - 3 anos

3 - 5 anos

> 5 anos

Total

8

-

-

-

8

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da construção do parque solar. 17.2. Obrigação de compra:

A obrigação de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do parque, além dos contratos relativos à segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. 16.5. Riscos regulatórios:

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.

19. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventuais inadimplências da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 16, relativos à gestão ambiental e monitoramento de fauna, registrado na rubrica materiais e serviços na demonstração de resultado.

Diretoria

Ricardo Ferraz

Diretor

Alfredo Antônio Tessari Neto

Contador CRC: 1SP176534/O-5

31/12/2023

31/12/2024

Imobilizado em curso

Imobilizado em curso

Total

9.259

9.259

9.259

31/12/2023

31/12/2024

Imobilizado em curso

Imobilizado em curso

Total

10.918

10.918

10.918

31/12/2023

31/12/2024

Imobilizado em serviço

Imobilizado em serviço

Total

10.918

513

2.172

9.259

10.918

513

2.172

9.259

31/12/2023

31/12/2024

Imobilizado em serviço

Imobilizado em serviço

Total

10.918

513

2.172

9.259

10.918

513

2.172

9.259

11. RELACIONAMENTO DA COMPANHIA COM CADAPARTENHA: A controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. Remuneração dos administradores: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Solar Lagoa I.S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece benefícios de longo prazo, como licença por tempo de serviço, ou outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece benefícios de desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

12. IMOBILIZADO

Imobilizado em curso

Imobilizado em curso

Total

9.259

9.259

9.259

Imobilizado em curso

Imobilizado em curso

Total

10.918

10.918

10.918

O saldo do imobilizado em curso refere-se, principalmente, a adiantamentos ao fornecedor para a aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do Parque solar. A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

31/12/2023

31/12/2024

Valor líquido

Ingressos

Baixas

Valor líquido

10.918

513

(2.172)

9.259

10.918

513

(2.172)

9.259

31/12/2023

31/12/2024

Imobilizado em serviço

Imobilizado em serviço

Total

10.918

513

(2.172)

9.259

10.918

513

(2.172)

9.259

...continuação		CENTRAL SOLAR LAGOA II S.A. CNPJ/ME nº 35.913.736/0001-35	
<p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</p> <p>(IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles		<ul style="list-style-type: none">internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>	
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p>Central Solar Lagoa II S.A.</p> <p>Opinião</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Lagoa II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").</p> <p>Base para opinião</p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras</p> <p>A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i></p>		<p>São Paulo, 18 de junho de 2025</p> <p>PricewaterhouseCoopers Auditor Independente Ltda. CRC 25P000160/0-5</p> <p>Adriano Fornosinho Correia Contador CRC 1BA029904/0-5</p>	

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 18 de junho de 2025

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

